

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Valor Econômico

[Título: AGU tenta reverter bobeadas sobre risco hidrológico](#)..... 11

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Petrobras vende 25% de campo por US\$ 2,9 bi para a Statoil	2
Título: Pasadena é alvo de denúncia na Lava-Jato pela primeira vez	3
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	4
Título: Eletrobrás prevê investimento de R\$ 19,7 bi em 5 anos	4
Título: Venda de ativos rende US\$ 17 bi a Petrobrás	5
Título: Nota.....	7
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	7
Título: Energia	7
Título: Balança comercial do etanol fica zerada	8
Título: Acerto bilionário com Petrobras faz norueguesa virar 3- maior do país.....	8
Título: Leilão de energia tem procura menor que a esperada.....	10
VEÍCULO: Correio Braziliense	10
Título: Muitos postos mantêm gasolina abaixo de R\$ 4	10
VEÍCULO: Valor Econômico	11
Título: AGU tenta reverter bobeadas sobre risco hidrológico.....	11

Título: Estatais geram mais despesas que receitas à União, conclui Tesouro	13
Título: Petrobras fecha venda de US\$ 2,9 bi	14
Título: Eletrobras investirá menos até 2022	16
Título: Disputas atrasam recuperação judicial	18
Título: Leilão A-4 tem demanda reduzida e deságio alto	21
Título: Prumo espera aval da Aneel para térmica no Açu	24
Título: Com Roncador, Statoil quase triplica produção no Brasil	25
Título: Abengoa propõe a credores sair de bioenergia	26
Título: Alta de estatais leva Ibovespa a novo pregão de ganhos	27
Título: Incerteza na tributação da energia	29

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordoñez

Título: Petrobras vende 25% de campo por US\$ 2,9 bi para a Statoil

Parceria na Bacia de Campos prevê recuperação da produção.

Para fazer caixa e reduzir sua elevada dívida, a Petrobras está se desfazendo não só de campos novos no pré-sal, mas também dos antigos, em declínio de produção. A companhia anunciou ontem ter assinado acordos de parceria estratégica com a petroleira norueguesa Statoil, que incluem a venda de 25% de participação no Campo de Roncador, na Bacia de Campos, por US\$ 2,9 bilhões. Roncador é o terceiro maior campo produtor do país com um volume total de 286 mil barris por dia de petróleo e gás.

No entanto, descoberto em meados da década de 80, como outros da Bacia de Campos, Roncador tem sua produção em declínio. A Statoil é reconhecida como líder mundial na tecnologia de recuperação de campos. No comunicado ao mercado, a Petrobras informa que US\$ 2,35 bilhões serão pagos no fechamento da operação, e os US\$ 550 milhões restantes estão vinculados aos investimentos que serão feitos para o aumento do fator de recuperação.

Com área de cerca de 400 quilômetros quadrados, Roncador tem um volume recuperável estimado de um bilhão de barris de petróleo e gás. A meta das duas petroleiras é aumentar em pelo menos 5% o fator de recuperação, o que

resultará em um volume adicional de reservas de 500 milhões de barris de petróleo e gás.

ACORDO INCLUI TERMINAL DE GÁS NATURAL

O fator de recuperação da Bacia de Campos atualmente é da ordem de 24%, enquanto, no país, a média é de 21%. Em outras nações, esse fator chega a 50%, com o uso de tecnologias de última geração. Segundo um executivo próximo da operação, a Statoil — após estar presente em projetos importantes no pré e no pós-sal se firma em um projeto de recuperação da produção em campos antigos.

No Brasil, a Statoil opera no Campo de Peregrino na Bacia de Campos, com produção entre 70 mil a 80 mil barris por dia, e desenvolve ainda a fase II, que terá uma produção de mais 60 mil barris por dia a partir de 2020. Ela também está em dez blocos exploratórios na Bacia do Espírito Santo; no BM-S 8, na Bacia de Santos, onde se descobriu o Campo de Carcará; e no BM-C 33, na Bacia de Santos, onde se descobriu o campo Pão de Açúcar; além de estar na área Norte de Carcará.

Recentemente, a Statoil entrou na geração de energia solar com o projeto Apodi, no Ceará, um investimento US\$ 25 milhões que vai gerar 62 megawatts. Além da cessão de parte do campo de Roncador, a Statoil também tem a opção de contratar uma determinada capacidade de processamento de gás natural no Terminal de Cabiúnas (Tecab) para o desenvolvimento da área do BM-C-33 .

Localizado em Macaé (RJ), o Tecab, operado pela Transpetro e maior polo de processamento de gás natural do Brasil, passa por um processo de ampliação e terá sua capacidade expandida para poder processar até 25 milhões de m³/dia de gás natural e cerca de 70 mil barris por dia de condensado de gás natural.

A transação faz parte do programa de venda de ativos e parcerias, que tem como meta arrecadas US\$ 21 bilhões no biênio 2017-2018. No ano passado, a Petrobras vendeu sua participação de 66% no Campo de Carcará para a francesa Total.

VEÍCULO: O Globo

Seção: País

Autor: Dimitrius Dantas

Título: Pasadena é alvo de denúncia na Lava-Jato pela primeira vez

Ex-senador Delcídio Amaral e mais 10 pessoas são acusadas de corrupção e lavagem de dinheiro

A força-tarefa da Lava- Jato denunciou o ex-senador Delcídio Amaral e mais dez pessoas por corrupção e lavagem de dinheiro em razão da compra da refinaria de Pasadena, no Texas, pela Petrobras, em 2005. Essa é a primeira vez na Lava-Jato que o contrato de Pasadena é alvo de denúncia.

De acordo com os procuradores, a empresa belga Astra Oil realizou pagamentos de US\$ 17 milhões em propina a ex-funcionários da Petrobras e ao ex-senador petista. Segundo as investigações, a Petrobras pagou um valor à Astra Oil muito superior ao valor real da refinaria.

No documento enviado ao juiz Sergio Moro, o Ministério Público Federal (MPF) afirmou que, em 2002, a Petrobras contratou uma empresa de consultoria para a análise detalhada das condições de diversas refinarias americanas. “Ao final dos trabalhos, (a consultoria) apresentou à Petrobras, no ano de 2002, um ranking geral das refinarias, classificando-as com base nesses critérios técnicos detalhados.

Nesse estudo técnico minucioso, dentre as 25 refinarias avaliadas, a de Pasadena foi classificada em 21º lugar, deixando bastante evidente que não se tratava de um bom negócio para a Petrobras”, afirmaram os procuradores.

Além de Delcídio, foram denunciados os operadores financeiros Raul Davies, Jorge Davies e Gregório Marin Preciado, o ex-vice-presidente da Astra Oil, Alberto Feilhaber, e os ex-funcionários da estatal Luis Carlos Moreira, Carlos Roberto Martins Barbosa, Cezar de Souza Tavares, Rafael Mauro Comino, Agosthilde Monaco de Carvalho e Aurélio Oliveira Telles.

A denúncia afirma que, em 2005, o executivo da Astra Oil, Alberto Feilhaber, combinou uma propina de US\$ 15 milhões com Luis Moreira, que ocupava o cargo de gerente executivo da Diretoria Internacional da Petrobras. Em troca, a Astra Oil receberia vantagens no processo de compra de 50% da refinaria pela Petrobras. (*Estagiário, sob supervisão de Flávio Freire)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Reuters

Título: Eletrobrás prevê investimento de R\$ 19,7 bi em 5 anos

A Eletrobrás aprovou um Plano Diretor de Negócios e Gestão para o período de 2018 a 2022 que prevê investimentos totais de R\$ 19,75 bilhões, valor quase 45% menor que os R\$ 35,8 bilhões do planejamento para 2017-2021. O plano aprovado pelo Conselho de Administração da elétrica aponta maiores aportes em geração, quase R\$ 10 bilhões no período, enquanto os investimentos em

transmissão são previstos em R\$ 8 bilhões, segundo comunicado divulgado ontem.

O planejamento faz pouca alusão programa de privatização da empresa, previsto para 2018. O presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Jr., disse recentemente que o novo plano de negócios deveria apontar caminhos para a companhia após a privatização, anunciada pelo governo em agosto.

O documento, no entanto, afirma que “a efetivação da operação... depende de autorizações governamentais, legislativas e regulatórias, assim como avaliação e confirmação do modelo a ser adotado” e não apresenta detalhes sobre o tema. Procurada, a estatal não comentou o assunto.

A companhia disse apenas que espera que o modelo adotado na desestatização aumente a receita da empresa, em decorrência de mudança no regime de “cotas” para comercialização da energia de suas usinas que prorrogaram concessão, bem como gere “possibilidade de novos investimentos devido ao aumento da receita e capital do novo sócio”.

O planejamento manteve a projeção de que a companhia deverá vender suas seis subsidiárias de distribuição de eletricidade “até 31 de julho de 2018”, bem como a previsão de venda de fatias minoritárias em ativos de geração e transmissão, que totalizam R\$ 4,6 bilhões em valor contábil. A estatal pretende também reduzir custos com pessoal em R\$ 959 milhões, por meio de plano de incentivo ao desligamento e redução de despesas gerenciáveis, como horas extras.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes / Denise Luna

Título: Venda de ativos rende US\$ 17 bi a Petrobrás

Estatal anunciou ontem venda de parte do campo de Roncador para a Statoil; plano de desinvestimento, no entanto, ainda está longe da meta.

A poucos dias do encerramento do ano, a Petrobrás anunciou ontem a venda de mais um ativo – 25% do campo de Roncador, na Bacia de Campos, para a petroleira estatal da Noruega, a Statoil. Com essa negociação de US\$ 2,9 bilhões pelo terceiro maior campo produtor de petróleo, já chega a US\$ 17 bilhões o total de desinvestimentos liderados por Pedro Parente, que assumiu a presidência da empresa em maio de 2016.

Desde o ano passado, a Petrobrás já se desfez de 13 ativos. O maior deles foi a Nova Transportadora do Sudeste (NTS), repassada à Brookfield por US\$ 5,2 bilhões. A venda mais polêmica, no entanto, foi negociada também com a Statoil, que, por US\$ 2,5 bilhões, ficou com o campo de Carcará, considerado um dos mais promissores do pré-sal da Bacia de Santos.

As duas estatais são sócias em 13 áreas, das quais dez no Brasil e três no exterior. “Desinvestimento é fundamental para a saúde financeira da Petrobrás”, acredita Alfredo Renault, professor do Departamento de Economia da PUCRio. Segundo ele, porém, o ritmo de venda dos ativos poderia ser mais veloz para dar margem de manobra ao caixa da estatal.

Em 2017, a Petrobrás levantou US\$ 4,5 bilhões com a venda de ativos, sendo US\$ 4 bilhões apenas neste mês. Além de vender uma fatia de Roncador, concluiu o processo de abertura de capital da BR Distribuidora e vendeu o campo de Azulão, na Bacia do Amazonas. Mesmo acelerando na reta final do ano, a Petrobrás ainda está longe da meta de US\$ 21 bilhões para o período de 2017 e 2018.

A empresa vai precisar, portanto, se desfazer de US\$ 14,5 bilhões no ano que vem. À imprensa norueguesa, Parente disse ter certeza de que “chegará lá”. O programa de desinvestimento da Petrobrás chegou a ficar parado por cerca de três meses após decisão do Tribunal de Contas da União (TCU). Na Justiça, a empresa estava sendo acusada de limitar a concorrência por escolher os possíveis candidatos a cada ativo.

O questionamento do TCU obrigou a petroleira a alterar todo o processo e, na maioria dos casos, a reiniciar as negociações do zero. Roncador. A Statoil ocupa hoje a sexta posição num ranking das maiores empresas produtoras em território brasileiro, com 39,6 mil barris de óleo equivalente (boe) por dia, incluindo petróleo e gás natural.

O volume ainda é pequeno, mas a empresa tem demonstrado a intenção de ampliar sua presença no País. Neste ano, arrematou em leilão a área contígua ao campo de Carcará, já operado por ela. Chegou a apresentar oferta por outro reservatório de pré-sal, mas perdeu a disputa para a Petrobrás. “Somos parceiros da Statoil há muito tempo, desde 2003.

Assinamos vários acordos, mas esse é o mais importante de todos”, disse Parente. A vantagem, segundo o executivo, é o compartilhamento da tecnologia acumulada pela parceria para recuperar a capacidade de produção de campos maduros, em fase de declínio.

Assim, a Petrobrás espera ampliar a vida útil da Bacia de Campos, que, até a descoberta do pré-sal, respondia sozinha por 80% da produção nacional. John Forman, ex-diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP), ressalta que a Petrobrás é a petroleira que possui maior volume de petróleo já descoberto ainda não colocado em produção.

Esse perfil está na contramão do restante do mundo, que já se esforça para ampliar a produção dos seus campos maduros. “A Petrobrás vai passar a dominar também essa tecnologia, mas até hoje não foi obrigada a fazer isso”, disse Forman.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Aline Bronzati / Cynthia Decloedt / Fernanda Guimarães

Título: Nota

» Barulho.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) já abriu dois processos administrativos relacionados à proposta do fundo canadense Brookfield para ficar com o controle da empresa do setor de energia Renova. A operação acabou provocando muitas dúvidas entre os acionistas minoritários da companhia. Um dos processos foi instaurado pela Superintendência de Relações com Empresas (SEP) e trata do aumento de capital incluído na proposta. O outro veio da Superintendência de Registro (SRE) e diz respeito à eventual oferta pública de aquisição ações (OPA) por alienação de controle.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Energia

Mercado Aberto

A Eneva vai financiar estudos da PUC-Rio sobre a duração de turbinas de termelétricas. O projeto, com duração prevista de três anos, inclui a compra de equipamentos do Japão e receberá aporte de R\$ 2,7 milhões.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Mercado**Autor:****Título:** Balança comercial do etanol fica zerada

Vaivém das commodities

As exportações de etanol devem ficar próximas de 80 milhões de litros neste mês, após terem atingido 135 milhões em novembro último.

Com isso, as exportações acumuladas no ano fecham em 1,43 bilhão de litros, segundo a Secex (Secretaria de Comércio Exterior).

Os dados de importação e de exportação empatam no período da safra, que foi iniciada em abril. Enquanto a região Nordeste é importadora do combustível, a centro-sul é exportadora.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Mercado**Autor:** NICOLA PAMPLONA - DO RIO**Título:** Acerto bilionário com Petrobras faz norueguesa virar 3- maior do país

Antes sexta produtora de petróleo, Statoil agora só fica atrás de Shell e da empresa brasileira

Grupo paga R\$ 2,9 bi por 25% de campo que está em fase declinante; estatal obtém US\$ 4,5 bi com venda de ativos

A norueguesa Statoil anunciou nesta segunda (18) a compra de uma fatia de 25% do campo de Roncador, na bacia de Campos, em operação que quase triplica sua produção no Brasil e a eleva da sexta para a terceira posição entre as maiores produtoras de petróleo no país.

O negócio, de US\$ 2,9 bilhões, foi o segundo envolvendo as duas companhias desde 2016: antes, a Statoil já havia comprado a fatia da Petrobras no campo de Carcará, na bacia de Santos, por US\$ 2,5 bilhões.

Ela não é a única petroleira internacional que se aproveita do plano de venda de ativos da Petrobras para expandir sua atuação no país. Em 2016, a francesa Total adquiriu por US\$ 2,2 bilhões fatias em quatro projetos na bacia de Santos.

Na semana passada, Petrobras e a americana ExxonMobil anunciaram um acordo de parceria estratégica que deve culminar com a transferência de participações em campos de petróleo no Brasil.

A Statoil já produz 40 mil barris de petróleo e gás no Brasil, em um campo chamado Peregrino, na bacia de Campos. Com a compra de Roncador, passará a 110 mil barris por dia, se posicionando atrás apenas da Petrobras (2,5 milhões de barris por dia) e da Shell (387 mil) no ranking e à frente da Petrogal (103 mil barris por dia).

O negócio garantiu à Statoil também acesso ao terminal de Cabiúnas, maior ponto de recebimento de gás natural produzido em campos marítimos do país, hoje usado apenas pela Petrobras.

O acesso ao terminal, em Macaê (RJ), facilita o desenvolvimento de outra descoberta da norueguesa no país, em parceria com a Petrobras, batizada de Pão de Açúcar.

"Esta transação adiciona uma produção significativa e de longo prazo para o nosso portfólio internacional, fortalecendo a posição do Brasil como uma área prioritária para a Statoil", disse, em nota, o presidente da companhia, Eldar Saetre.

A Statoil é sócia da Petrobras em 13 áreas de exploração e produção de petróleo, dez delas no Brasil. No mais recente leilão do prê-sal, em outubro, arrematou uma área em parceria com ExxonMobil e Petrogal.

DECLÍNIO

Descoberto em 1999, com reservas acima da camada de sal, Roncador é o terceiro maior campo de petróleo do país, com produção de 280 mil barris de petróleo e gás por dia. Foi o maior até 2015, quando perdeu a posição para Lula, no prê-sal.

O reservatório está hoje em fase declinante, e a Petrobras considera que a empresa norueguesa tem grande experiência em ampliar a produção em campos mais antigos.

Com a operação, a Petrobras chega à cifra de US\$ 4,5 bilhões em vendas de ativos neste ano. A meta da empresa é arrecadar US\$ 21 bilhões até o fim do ano que vem.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: TAÍS HIRATA - DE SÃO PAULO****Título: Leilão de energia tem procura menor que a esperada**

Usinas solares foram destaque do certame

A retomada dos leilões de geração de energia deste ano deverá dar algum alívio ao setor, mas os volumes contratados ficarão aquém do considerado ideal pela indústria.

No certame realizado nesta segunda (18), foram contratados 228,7 megawatts médios, um volume baixo para a média histórica.

A energia solar foi o destaque, com 20 dos 25 empreendimentos, e chamou a atenção pelos preços bem mais competitivos que no passado.

A avaliação é que a fonte foi priorizada porque ficou de fora do próximo leilão de geração, marcado para quarta (20), cuja previsão é de maiores volumes de contratação.

"Foi uma forma de equilibrar as fontes na concorrência. Sem dúvida, no segundo, as eólicas terão um espaço maior", afirma a diretora da Thymos, Thais Prandini.

A indústria solar comemorou o leilão, mas avaliou que o volume é insuficiente. "É um passo importante, mas ficou abaixo do esperado", disse Rodrigo Sawaia, presidente da Absolar (associação do setor).

O segmento das pequenas hidrelétricas também saiu insatisfeito — a fonte ficou com apenas 4% dos projetos.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Economia****Autor:****Título: Muitos postos mantêm gasolina abaixo de R\$ 4**

Muitos postos do Distrito Federal mantiveram o litro da gasolina a menos de R\$ 4 e alguns, para conquistar clientes, estão dividindo o combustível em até seis vezes sem juros. Para hoje, a Petrobras anunciou para uma alta no preço da gasolina de 0,4% e uma queda de 0,7% no diesel nas refinarias.

O estudante Matheus de Moura, 19 anos, apesar da dificuldade de arcar com os R\$ 900 que gasta por mês com combustível, para se locomover de casa para o trabalho, prefere pagar à vista. “Fica complicado encher o tanque. Tive que mudar e, agora, coloco gasolina aos poucos, conforme preciso, mas dividir em seis vezes é muita coisa, acho que não compensa”, comentou.

Sem parcelar, a opção é buscar promoções, mas nessa busca, o consumidor precisa ficar atento, pois o valor depende da forma de pagamento. De acordo com levantamento feito pelo Correio, a diferença para quem paga com débito ou com crédito no Plano Piloto pode chegar a R\$ 0,19.

A professora Roselina Gomes de Sousa, 45, embora não divida mais o valor na hora de abastecer, já usou muito a modalidade para equilibrar o orçamento. “Parcelei muitas vezes e achava que valia mais a pena. Como hoje em dia uso bem menos o carro e, conseqüentemente, não preciso encher o tanque e nem ir ao posto tantas vezes, não parcelo mais”, contou.

Com o objetivo de economizar nos gastos com combustível, o coordenador de TI Vinícius Félix, 24 anos, trocou de carro. Ele usou uma única vez o parcelamento para pagar o combustível e, na sua opinião, não valeu a pena. “Eu acho que é pagar a longo prazo algo que vai queimar muito rápido, não faz sentido. Em algum momento, a bomba cai e você tem que pagar. É algo que só serviria para criar uma dívida constante”, completou.

O educador financeiro Adriano Severo concorda que o parcelamento de combustível não vale a pena. Na análise dele, é um gasto mensal frequente para qualquer pessoa que utiliza carro e, por isso, não é algo que deva ser pago a longo prazo. Segundo ele, a divisão de parcelas no pagamento do combustível não funciona para aliviar o bolso do consumidor. “Existem alternativas de transporte mais econômicas e cada um tem que procurar se adequar à capacidade do seu orçamento”, complementou.

Ele lembrou que é importante organizar as finanças e fazer um controle de gastos, principalmente em uma época em que o produto se encontra com um preço instável.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner e Murillo Camarotto | De Brasília

Título: AGU tenta reverter bobeadas sobre risco hidrológico

O governo ainda não garantiu caminho totalmente livre para a publicação de medida provisória que promete resolver de uma vez por todas a discussão em

torno das dívidas bilionárias de usinas hidrelétricas por causa do déficit na geração de energia. A fim de assegurar que todos os obstáculos sejam derrubados, representantes da Advocacia-Geral da União (AGU) correram na sexta-feira à tarde ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para reverter o que o próprio Palácio do Planalto classifica como uma "bobeada".

Explica-se: quando a associação representativa das usinas obteve liminar no Tribunal Regional Federal (TRF) para não ter que cobrir todo o déficit, a AGU ingressou com dois pedidos de suspensão, sendo um no STJ e outro no Supremo Tribunal Federal (STF). Como teve sucesso nos dois pedidos, a AGU desistiu do caso no STJ. Na sexta, porém, o ministro Dias Toffoli, do STF, determinou o retorno dos autos ao STJ.

Diante disso, a AGU se viu obrigada a "desistir da desistência". Se o STJ aceitar o arrependimento do governo, não haverá mais óbices para o prosseguimento da MP. Caso contrário, volta a valer a liminar obtida pelas hidrelétricas no TRF. De sexta para hoje, não houve evolução no assunto.

A decisão de Toffoli foi tomada após esclarecimentos de autoridades federais sobre o tema. O governo queria evitar atritos com o Supremo e, por isso, preferiu não editar a MP do risco hidrológico enquanto a situação na Justiça não estivesse resolvida.

Para o Ministério de Minas e Energia, mesmo se a decisão anterior do STJ for restaurada e uma vitória da União no caso for realmente confirmada, a medida provisória continua sendo necessária para "pacificar" o tema.

Por causa do baixo volume de chuvas vários anos seguidos e do esvaziamento dos reservatórios, as hidrelétricas não conseguiram entregar tudo o que estava previsto em seus contratos de fornecimento. Hoje o déficit no GSF é calculado em mais de 20%. Ou seja, de cada 100 megawatts (MW) médios que elas se comprometeram a produzir, conseguem entregar efetivamente menos de 80 MW. Para não ficar expostas no mercado de curto prazo, elas precisam repor esses volumes de eletricidade com outras fontes.

A MP permite estender os contratos em até 15 anos para compensar as usinas, além de reconhecer que elas não devem ser penalizadas por atrasos em obras de linhas de transmissão que são cruciais para escoar a energia produzida pelas usinas.

O projeto de lei que autoriza a privatização da Eletrobras, embora não tenha relação direta com o assunto, também aguarda a medida provisória. Como ele depende da volta das atividades parlamentares para avançar, em 2018, o

governo desacelerou seus preparativos, mas diz que não houve recuo na iniciativa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Fábio Pupo | De Brasília

Título: Estatais geram mais despesas que receitas à União, conclui Tesouro

A Secretaria do Tesouro Nacional concluiu que o conjunto das estatais federais geram atualmente mais despesas à União do que receitas. O diagnóstico está em relatório do órgão, que pretende dar mais transparência aos números e fomentar o debate sobre a real necessidade de se preservar certas empresas públicas - principalmente em um cenário de crise fiscal.

A análise financeira é feita sobre o período de 2012 a 2016, sendo que apenas em 2014 o ganho do Tesouro com dividendos e juros recebidos de estatais foi maior que as despesas com repasses (subvenções), aumentos de capital e instrumentos híbridos de capital e dívida (IHCD).

Nas contas do Tesouro, houve um gasto financeiro de R\$ 22 bilhões da União com estatais em 2016 e R\$ 4,5 bilhões em receitas - o que gerou uma relação de retorno sobre as despesas menor que um, em 0,2. A situação se deteriorou frente um ano antes, quando a relação havia sido de 0,88. Se fossem somados os exercícios de 2012 a 2016, os custos das estatais ficaram em R\$ 122,3 bilhões e as receitas, em R\$ 89,3 bilhões. A relação retorno sobre custo, dessa forma, seria de 0,73.

O relatório surge a partir de uma recomendação feita pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que neste ano concluiu que o Ministério da Fazenda precisava melhorar a transparência dos números na relação entre Tesouro Nacional e empresas estatais.

Além disso, o documento é visto nos bastidores como uma oportunidade de se lançar o debate sobre a própria existência de certas estatais. A visão da equipe econômica, já expressa por diferentes integrantes, é que algumas dessas empresas devem ter a atuação repensada - embora parte delas tenha o mérito de cobrir deficiências de mercado e de gerar um valor intangível à sociedade.

Esta é a primeira versão do documento, que traz dados até 31 de dezembro de 2016. A partir do ano que vem, ele será publicado anualmente, até o dia 30 de junho - dois meses após a data-limite de 30 de abril que as empresas possuem para publicar seus balanços.

Outro dado do documento mostra que a União injetou R\$ 49,1 bilhões em subvenções nas estatais dependentes entre 2012 e 2016, de acordo com o Tesouro Nacional. Segundo o órgão, os repasses registram ritmo crescente e mais que dobraram de R\$ 6,5 bilhões em 2012, para R\$ 13,3 bilhões em 2016. Enquanto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) avançou 40,30% entre 2012 e 2016, as subvenções do Tesouro cresceram 104,37% no mesmo período.

São estatais dependentes as controladas por ente da federação que recebem recursos financeiros do controlador para pagar despesas com pessoal ou para custeio em geral ou de capital. A União controla diretamente 16 empresas estatais dependentes e indiretamente outras duas por meio da autarquia federal Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

Dentre as 18 empresas que estão nesse grupo, 14 delas obtém mais de 80% de sua receita por meio dos repasses do governo federal. A empresa que mais recebeu recursos de subvenção no período foi a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), cuja soma foi de R\$ 12,6 bilhões, seguida pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), que recebeu R\$ 5,5 bilhões, pelo Hospital Nossa Senhora da Conceição (HNSC), que contou com R\$ 4,6 bilhões de subvenção.

Na classificação por atividade econômica, ficam em destaque as subvenções direcionadas a empresas estatais do setor de pesquisa e desenvolvimento, que receberam 39% do total dos repasses da União, seguidas pelas companhias dos setores de saúde, com 29%, e transporte, com 10%.

Entre 2012 e 2016, mesmo com o recebimento de subvenções, o conjunto das empresas estatais federais dependentes tem registrado resultados negativos recorrentes. O prejuízo líquido das estatais federais dependentes quase dobrou de R\$ 1,5 bilhão para R\$ 2,9 bilhões em 2016. O resultado acumulado das dependentes entre 2012 e 2016, desconsiderando as subvenções, seria um prejuízo líquido total de R\$ 62,5 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho, Rafael Rosas e Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Petrobras fecha venda de US\$ 2,9 bi

A Petrobras fechou ontem acordo para vender fatia de 25% no campo de Roncador, na Bacia de Campos, para a Statoil, por US\$ 2,9 bilhões. A operação, a primeira envolvendo a entrada de sócio em projetos de recuperação de áreas maduras no pós-sal, é o terceiro negócio fechado em um mês.

Ao longo dos últimos 30 dias, a petroleira anunciou US\$ 4,45 bilhões em parcerias e venda de ativos - montante que representa 21% da meta da Petrobras de levantar US\$ 21 bilhões entre 2017-2018. Num ano marcado pela reestruturação da sistemática de seu programa de venda de ativos, após exigências do Tribunal de Contas da União (TCU), a Petrobras acelerou o passo neste fim de ano e firmou desde novembro, para além de Roncador, a alienação de 100% do campo de Azulão, no Amazonas, para a Eneva (US\$ 54,5 milhões); e a abertura do capital da BR Distribuidora, que levantou R\$ 5 bilhões (US\$ 1,5 bilhão).

Roncador, Azulão e BR foram as primeiras operações firmadas em 2017. Após anunciar negócios de US\$ 13,6 bilhões no biênio 2015-2016, a Petrobras não conseguiu manter o ritmo do plano de venda de ativos ao longo deste ano, em meio às contestações a algumas das operações na Justiça e no TCU. A determinação do tribunal para que a companhia revisse sua sistemática acabou levando a empresa a cancelar alguns negócios em andamento, como a venda dos campos de Baúna e Tartaruga Verde, para a Karoon, por exemplo.

Durante o ano, a Petrobras se concentrou em revisar a carteira de ativos colocados à venda. Atualmente, ela tem uma série de ativos em fase de desinvestimentos: são cerca de 70 campos terrestres; 31 campos de águas rasas; o ativo de distribuição no Paraguai; a Transportadora Associada de Gás (TAG); unidades de fertilizantes; ativos de exploração e produção na África; e a produtora de biodiesel BSBios.

A expectativa é que a Petrobras tenha de acelerar as negociações em andamento, em 2018, para entregar ao mercado o cumprimento da meta. Além dos ativos em negociação, a Petrobras espera também avançar com algumas das negociações fechadas em 2016, mas que ainda não obtiveram as autorizações dos órgãos competentes. Ao todo, dos US\$ 13,6 bilhões fechados no biênio 2015-2016, US\$ 7,8 bilhões haviam entrado no caixa da estatal até setembro.

Falta resolver algumas pendências no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), como a obtenção do aval para venda da Petroquímica Suape e da Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (Citepe), para a Alpek; e da Liquigás, para a Ultragaz.

Ontem, o presidente da Petrobras, Pedro Parente, se disse otimista com o cumprimento da meta de venda de US\$ 21 bilhões entre 2017/2018. O executivo destacou, ainda, que o acordo com a Statoil permitirá à estatal brasileira utilizar em outros campos a tecnologia que a norueguesa pretende aplicar para aumentar a recuperação de petróleo em Roncador.

"Parceria estratégica é a que adiciona valor para os dois lados e essa parceria vai adicionar valor não apenas nesse ativo, mas em todos os ativos da Petrobras", afirmou, em cerimônia de assinatura do acordo com a Statoil, na Noruega.

A busca de sócios para projetos de revitalização de campos maduros é tida pela brasileira como essencial para conter o ritmo de declínio da produção, que exige investimentos vultuosos. Este ano, a produção média da Petrobras na Bacia de Campos é de 1,228 milhão de barris/dia (até novembro), o que representa uma queda de 26% frente a 2010.

Terceiro maior campo do país, Roncador tem reservas estimadas em mais de 1 bilhão de barris recuperáveis. Com a parceria com a Statoil, a ambição é aumentar o fator de recuperação do ativo em pelo menos 5%, o que pode aumentar em mais 500 milhões barris o volume recuperável de Roncador.

A Petrobras manterá a posição de operadora do campo e uma participação de 75% no ativo. Os investimentos futuros em Roncador, contudo, serão realizados na proporção 2 para 1 - a Statoil assumirá até US\$ 550 milhões adicionais a sua fatia na concessão.

Segundo o Santander, considerando a reserva existente no campo de 1 bilhão de BOE, a Statoil pagará US\$ 9,40 por barril. Se contabilizada a recuperação adicional prevista, de 500 milhões de barris, a avaliação de Roncador, na negociação, cai para US\$ 7,7/BOE.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito, Camila Maia e Marcelle Gutierrez | Do Rio e São Paulo

Título: Eletrobras investirá menos até 2022

A Eletrobras manteve o foco na redução de investimentos e do nível de endividamento em seu novo plano diretor de negócios para o período 2018-2022, o primeiro após o anúncio da decisão do governo de privatizar o controle da companhia e o segundo sob a gestão de Wilson Ferreira Jr. De acordo com o novo plano, a empresa planeja investir R\$ 19,756 bilhões nos próximos cinco anos, valor 44,7% inferior em relação ao previsto na versão anterior (2017-2021), de R\$ 35,8 bilhões.

Em relação ao endividamento, a meta é reduzir a relação dívida líquida sobre Ebitda lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização, na sigla em inglês), de 4,1 vezes no fim do terceiro trimestre de 2017, para 3 vezes, no fim de 2018.

No novo plano, divulgado ontem, a Eletrobras indicou a possibilidade de aumentar os investimentos previstos no futuro, devido ao crescimento da receita das companhias do grupo com a possível "descotização" das hidrelétricas alocadas no regime de cotas de garantia física e potência. A entrada de novos sócios, por meio de um aumento de capital na holding, também deve possibilitar que a elétrica amplie os investimentos.

O plano destaca ainda o Plano de Incentivo ao Desligamento (PID), com estimativa de reduzir custos de pessoal em R\$ 890,4 milhões anualmente a partir de 2018, se houver a adesão de 3.017 empregados. O custo para o desligamento será de R\$ 965 milhões.

O documento prevê ainda a retomada da construção da usina nuclear de Angra 3, no litoral Sul do Rio de Janeiro, junto com um parceiro privado. A retomada, porém, dependerá de aumento da tarifa da energia do empreendimento, que precisa ser aprovado pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

Com relação às suas seis distribuidoras no Norte e Nordeste, a Eletrobras indicou, no plano, que o prazo de privatização das empresas é até 31 de julho de 2018. O prazo é superior ao previsto pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), gestor da desestatização das empresas, que prevê concluir o negócio no primeiro quadrimestre do próximo ano.

No documento divulgado ontem, a Eletrobras informa que, "a depender da deliberação a ser tomada pela 169ª Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 28 de dezembro" -quando está prevista a votação da modelagem de privatização das distribuidoras - a venda do controle dessas empresas "poderá ocorrer até 31 de julho de 2018". O conselho de administração da elétrica ainda não tratou do assunto.

Outro ponto de atenção no plano é que a Eletrobras não foi assertiva ao determinar a liquidação das distribuidoras em 31 de julho do próximo ano, caso elas não sejam privatizadas até essa data. No documento, a empresa informa que, se a privatização não ocorrer até 31 de julho de 2018, "as referidas distribuidoras poderão ser liquidadas".

Decisão tomada pela assembleia de acionistas da companhia em meados de 2016 já previa a liquidação dessas empresas no fim deste ano, caso elas não fossem privatizadas. A Eletrobras, porém, adiou a data de liquidação, devido à mudança no cronograma de privatização das distribuidoras.

As empresas que a holding pretende vender são Amazonas Energia (AM), Eletroacre (AC), Ceron (RO), Boa Vista Energia (RR), Cepisa (PI) e Ceal (AL).

Segundo a agência de classificação de riscos Moody's, a redução dos investimentos previstos pela Eletrobras no plano 2018-2022 já era esperada, uma vez que a companhia vinha investindo menos do que o previsto no plano anterior. Recentemente o presidente da estatal, Wilson Ferreira Jr., disse que a empresa deve fechar 2017 com investimentos de R\$ 5 bilhões.

Sobre o endividamento, Cristiane Spercel, analista sênior da Moody's, explicou que a meta de chegar a uma alavancagem de 3 vezes em 2018 é difícil de ser alcançada.

"No nosso cenário base, que conta com a venda das distribuidoras, isso [a redução da alavancagem] pode não ser factível". Isso porque o modelo proposto para venda das empresas prevê que a Eletrobras fique com parte significativa da dívida destas. "A alavancagem pode atingir um pico de 4,5 ou 5 vezes. Depois, com a entrada de outras iniciativas de redução da dívida, gradualmente a empresa pode atingir a meta", explicou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Marcelle Gutierrez | De São Paulo

Título: Disputas atrasam recuperação judicial

A Oi votará hoje, em assembleia geral de credores, seu plano de recuperação judicial, com dívidas de R\$ 64 bilhões. Se aprovada, deve ser a maior reestruturação do tipo na história e um dos casos mais emblemáticos do mercado de capitais desde a falência da Varig, em 2010.

A operadora de telefonia faz parte de um grupo de 19 empresas de capital aberto que tiveram recuperação judicial concedida de 2012 até novembro de 2017, segundo dados exclusivos da Serasa Experian fornecidos a pedido do **Valor**.

O pico foi em 2014 e 2015, quando dez companhias tiveram seus pedidos concedidos pela Justiça em meio ao agravamento da crise econômica no país durante o governo de Dilma Rousseff.

A principal diferença na comparação com empresas fechadas está no capital pulverizado, que pode atrasar a aprovação do plano. No entanto, uma vez aprovado, o prazo médio para encerrar o processo das companhias abertas é de dois anos e meio, inferior aos quatro anos e sete meses de grupos de todos os portes e segmentos, de acordo com estudo da Serasa Experian até 2014.

Conforme a Lei de Falências, de 2005, depois do pedido concedido, as companhias têm 60 dias para protocolar o plano e 150 dias para convocar assembleia geral, tendo até 180 dias para a aprovação, mas esse prazo raramente é honrado, a exemplo da Oi, que já ultrapassa os 18 meses.

"Embora a lei fale que é improrrogável, todo mundo prorroga. É muito raro que seja aprovado, porque acaba não tendo tempo e a jurisprudência permite", explica Eduardo Seixas, sócio da Alvarez & Marsal, escritório que faz atualmente o processo da Viver, deferido pela Justiça neste mês.

Das sete empresas que encerraram o processo desde 2012, só a Eneva (antiga MPX) ficou dentro do limite de cinco meses. A Mangels e a Rede Energia - comprada pela Energisa - levaram 11 meses para ter seus planos de recuperação aprovados. Já o da Atom (antiga Inepar Telecomunicações) levou oito meses e os da Centrais Elétricas do Pará (Celpa) e Dommo Energia (Antiga OGX), sete meses cada.

Carlos Bicheiro, sócio da consultoria Falconi, ressalta que o processo é igual juridicamente para todas as empresas, mas nas companhias de capital aberto há a necessidade de aprovação pelo conselho de administração e credores. Segundo ele, acionistas e credores entram em uma disputa durante essa etapa, o que prejudica a retomada da atividade operacional.

"Eu não vejo nenhum plano de recuperação judicial que visa a retomada da operação e a eficiência financeira. Não se fala em recuperação da empresa, mas sim em recuperar a parte de cada um", diz Bicheiro, destacando que os planos normalmente trazem soluções formatadas, como alongamento de dívidas e conversão em ações. "Há a entrada de mais recursos e há uma sobrevida, mas o problema de gestão e operacional persistem."

Alfried Plöger, presidente do conselho diretor da Associação brasileira das companhias abertas (Abrasca), ressalta a dificuldade imposta pelo capital pulverizado e acrescenta que o perfil do endividamento também é diferente, com debêntures e bônus no exterior. "A companhia aberta sofre muito mais para os acionistas e credores entrarem em um acordo. Além disso, tem bônus e debêntures em grande quantidade. No crédito bancário, a negociação é mais fácil, mas se não pagar debênture vai para a recuperação", afirma.

No caso da Oi, o quinto plano de recuperação judicial foi apresentado na semana passada e somente depois de o juiz da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, Fernando Viana, nomear o presidente da Oi, Eurico Teles, como "responsável pessoal" pela negociação, isentando a aprovação pelo conselho de administração.

Segundo um advogado, que falou na condição de anonimato, o plano de recuperação judicial deve ser aprovado também pelos devedores, representados pelo conselho de administração. Para ele, o que aconteceu na Oi viola a própria Lei de Falências, porque se há um acionista que tumultua - caso do investidor Nelson Tanure, contrário ao plano -, ele tem que ser excluído do conselho, mas sem tirar o poder do colegiado.

Em sua defesa, a Oi diz que seguiu os ritos legais. "O plano apresentado está em conformidade com os mais altos padrões de governança e segue o que foi estabelecido por decisão judicial de 29 de novembro de 2017", argumenta a companhia, por meio de sua assessoria de imprensa. "Após mais de 18 meses de negociações, chegamos a uma proposta que é equilibrada para todas as partes e garante o fortalecimento da companhia, que é o objetivo da recuperação judicial", afirma Teles, presidente e diretor Jurídico da Oi, na nota.

Procurada, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) informou que acompanha e analisa informações e movimentações, tomando medidas cabíveis, quando necessário, mas não comenta casos específicos.

A Associação de Investidores no Mercado de Capitais (Amec) também foi procurada, mas a assessoria de imprensa informou que não teria porta-voz disponível.

O projeto da nova Lei de Falências está na Casa Civil. Os especialistas apontaram mudanças positivas, como o processo ser direcionado para comarcas da capital quando for de valor elevado e a possibilidade de credores com mais de um terço da dívida propor a recuperação judicial. A nova lei, contudo, não trará diferenciações entre companhia aberta e fechada ou sobre casos de disputas entre acionistas e credores.

Segundo Marcelo von Adamek, professor do Insper Direito, as companhias abertas já se submetem à auditoria interna independente e precisam informar periodicamente a CVM, além de ter demonstrações financeiras melhores e departamento financeiro estruturado, o que facilita quando a recuperação judicial é decretada.

"Como são rotineiramente fiscalizadas, elas tendem a ter suas contabilidades mais estruturadas e sempre em dia. Já na fechada, a primeira coisa que precisa ser feita é colocar a documentação em dia", ressalta o acadêmico.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio****Título: Leilão A-4 tem demanda reduzida e deságio alto**

A baixa demanda das distribuidoras de energia aumentou ainda mais a competição no leilão A-4 realizado ontem, resultando em um deságio acima de 50% para a fonte solar, principal contratação do certame. A expectativa do mercado é que o leilão de amanhã, que será do tipo A-6, tenha uma demanda maior, possibilitando a contratação de projetos eólicos e também de termelétricas a gás natural.

O certame de ontem contratou apenas 228,7 megawatts (MW) médios de energia, a um preço médio de R\$ 144,51 por megawatt-hora (MWh). A fonte solar, que não participará do A-6, foi a grande vencedora, com a contratação de 172,6 MW médios, envolvendo investimentos da ordem de R\$ 3,8 bilhões. O preço médio foi de R\$ 145,68 por MWh, deságio de 55,7% em relação ao valor máximo estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para o leilão, de R\$ 237 por MWh.

"Essa redução [de preço] é fruto de três fatores. O primeiro é a melhora da moeda brasileira em relação ao dólar. Outra coisa foi a redução do preço dos equipamentos, resultado da tecnologia mais eficiente e competitiva. E tivemos também um volume enorme de empreendedores e uma demanda baixa", disse Rodrigo Sauaia, presidente da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar).

A competitividade dos projetos ajudou a garantir o resultado, disse Camila Ramos, diretora da Clean Energy Latin America (Cela), que presta assessoria financeira aos setores de renováveis na região. "Estamos há dois anos sem leilões, então a expectativa para o leilão era muito grande", disse ela.

Segundo Luiz Augusto Barroso, presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o resultado da disputa mostrou coerência com o realismo do mercado atual de energia elétrica, e também com o cancelamento do leilão de energia de reserva (LER) em dezembro do ano passado. O certame foi suspenso às vésperas de acontecer por não haver necessidade de contratação.

A EPE esperava que os preços fossem reduzidos devido à competição, mas não tanto, disse Barroso. Para Barroso, o risco de execução é muito baixo, mesmo com os preços menores, pois grandes companhias ficaram com os principais projetos, como AES Tietê e Enel Green Power.

Como a fonte solar não vai participar do leilão de amanhã, a demanda foi direcionada para esses projetos. Foram contratados apenas dois projetos de energia eólica ontem, somando 38 MW médios e preço médio de R\$ 108 por MWh, deságio de 60,9%.

A expectativa é que o A-6 seja protagonizado pelos projetos eólicos. Segundo Jean-Claude Robert, líder da GE Wind na América Latina, o preço médio da fonte eólica no leilão de hoje não pode ser visto como referência para o setor. "O preço não foi representativo para a indústria", disse ele, completando que foi um valor "muito agressivo".

Para amanhã, a GE Wind prevê a contratação de até 2 GW da fonte eólica. O problema é que, assim como no A-4, a demanda depende das distribuidoras. A companhia já tem parcerias estabelecidas com empreendedores para o certame. "Estamos fazendo todo o possível para viabilizar os projetos", disse Robert.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Eletrobras investirá menos até 2022

A Eletrobras manteve o foco na redução de investimentos e do nível de endividamento em seu novo plano diretor de negócios para o período 2018-2022, o primeiro após o anúncio da decisão do governo de privatizar o controle da companhia e o segundo sob a gestão de Wilson Ferreira Jr. De acordo com o novo plano, a empresa planeja investir R\$ 19,756 bilhões nos próximos cinco anos, valor 44,7% inferior em relação ao previsto na versão anterior (2017-2021), de R\$ 35,8 bilhões.

Em relação ao endividamento, a meta é reduzir a relação dívida líquida sobre Ebitda lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização, na sigla em inglês), de 4,1 vezes no fim do terceiro trimestre de 2017, para 3 vezes, no fim de 2018.

No novo plano, divulgado ontem, a Eletrobras indicou a possibilidade de aumentar os investimentos previstos no futuro, devido ao crescimento da receita das companhias do grupo com a possível "descotização" das hidrelétricas alocadas no regime de cotas de garantia física e potência. A entrada de novos sócios, por meio de um aumento de capital na holding, também deve possibilitar que a elétrica amplie os investimentos.

O plano destaca ainda o Plano de Incentivo ao Desligamento (PID), com estimativa de reduzir custos de pessoal em R\$ 890,4 milhões anualmente a partir de 2018, se houver a adesão de 3.017 empregados. O custo para o desligamento será de R\$ 965 milhões.

O documento prevê ainda a retomada da construção da usina nuclear de Angra 3, no litoral Sul do Rio de Janeiro, junto com um parceiro privado. A retomada, porém, dependerá de aumento da tarifa da energia do empreendimento, que precisa ser aprovado pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

Com relação às suas seis distribuidoras no Norte e Nordeste, a Eletrobras indicou, no plano, que o prazo de privatização das empresas é até 31 de julho de 2018. O prazo é superior ao previsto pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), gestor da desestatização das empresas, que prevê concluir o negócio no primeiro quadrimestre do próximo ano.

No documento divulgado ontem, a Eletrobras informa que, "a depender da deliberação a ser tomada pela 169ª Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 28 de dezembro" -quando está prevista a votação da modelagem de privatização das distribuidoras - a venda do controle dessas empresas "poderá ocorrer até 31 de julho de 2018". O conselho de administração da elétrica ainda não tratou do assunto.

Outro ponto de atenção no plano é que a Eletrobras não foi assertiva ao determinar a liquidação das distribuidoras em 31 de julho do próximo ano, caso elas não sejam privatizadas até essa data. No documento, a empresa informa que, se a privatização não ocorrer até 31 de julho de 2018, "as referidas distribuidoras poderão ser liquidadas".

Decisão tomada pela assembleia de acionistas da companhia em meados de 2016 já previa a liquidação dessas empresas no fim deste ano, caso elas não fossem privatizadas. A Eletrobras, porém, adiou a data de liquidação, devido à mudança no cronograma de privatização das distribuidoras.

As empresas que a holding pretende vender são Amazonas Energia (AM), Eletroacre (AC), Ceron (RO), Boa Vista Energia (RR), Cepisa (PI) e Ceal (AL).

Segundo a agência de classificação de riscos Moody's, a redução dos investimentos previstos pela Eletrobras no plano 2018-2022 já era esperada, uma vez que a companhia vinha investindo menos do que o previsto no plano anterior. Recentemente o presidente da estatal, Wilson Ferreira Jr., disse que a empresa deve fechar 2017 com investimentos de R\$ 5 bilhões.

Sobre o endividamento, Cristiane Spercel, analista sênior da Moody's, explicou que a meta de chegar a uma alavancagem de 3 vezes em 2018 é difícil de ser alcançada.

"No nosso cenário base, que conta com a venda das distribuidoras, isso [a redução da alavancagem] pode não ser factível". Isso porque o modelo proposto para venda das empresas prevê que a Eletrobras fique com parte significativa da dívida destas. "A alavancagem pode atingir um pico de 4,5 ou 5 vezes. Depois, com a entrada de outras iniciativas de redução da dívida, gradualmente a empresa pode atingir a meta", explicou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Cláudia Schüffner | Do Rio

Título: Prumo espera aval da Aneel para térmica no Açu

A Prumo espera aprovação hoje, pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), da transferência da titularidade e licença para instalação da térmica Novo Tempo para o Porto do Açu. A térmica, originalmente do grupo Bolognesi, terá capacidade de gerar 1,2 gigawatts e tem contrato de longo prazo obtido no leilão de 2014.

O presidente da Prumo, José Magela, também espera com expectativa o leilão de energia A-6, para entrega em 2023, que será realizado amanhã. O objetivo da Prumo é aumentar a geração de negócios entre empresas instaladas no Açu. O potencial de investimento no negócio é de R\$ 7 bilhões entre 2018 e 2023.

"Se ganharmos mais uma licença, a geração de energia elétrica no porto vai alavancar dois outros negócios", explicou Magela, em apresentação feita para jornalistas.

Um deles é o do gás, via gasodutos que podem se conectar ao gasoduto do Nordeste (Gasene), da Petrobras, em terra. A empresa tem planos de construir um gasoduto para conectar campos produtores marítimos até o porto. Um dos caminhos para viabilizar o projeto é o plano de exploração e produção do campo Pão de Açúcar, da Repsol e Statoil, mas Magela também cita a rede de gasodutos da Petrobras no mar.

Já existe licenciamento para um terminal com capacidade de movimentação de 42 milhões de metros cúbicos de gás no Açu. O desenho que o presidente da Prumo descreve prevê a possibilidade de assumir parte de uma atividade feita pela Petrobras. A estatal faz o equilíbrio energético dos sistemas de gás, via administração da sua produção no mar e em terra, dosando as importações de

gás natural da Bolívia ou de Gás Natural Liquefeito (GNL) com a necessidade de geração de energia elétrica de base térmica, sua ou de terceiros.

"O que nós fazemos na Prumo tem um sentido de conexão. Cada subsidiária alavanca o negócio da outra. E é importante levar gás para o Açu porque aí teremos etano e subprodutos para alimentar as indústrias instaladas na Zona de Processamento de Exportação (ZPE) do porto" explicou Magela.

O executivo se refere à ZPE que o presidente da República, Michel Temer, vai inaugurar dia 27 no Porto do Açu, que segundo ele dará condições fiscais para a exportação de peças e equipamentos por empresas instaladas no local. Magela observa que o modelo de desenvolvimento das exportações asiáticas e europeias se deu por meio de polos instalados em condições similares. O Porto do Açu é uma das empresas controladas pela Prumo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Com Roncador, Statoil quase triplica produção no Brasil

Com a compra de 25% do campo de Roncador, na Bacia de Campos, a Statoil deve praticamente triplicar sua produção no Brasil a partir de 2018. O negócio reforça a investida bilionária da empresa para aumentar sua participação no mercado brasileiro. Ao todo, desde 2016, quando comprou a fatia da Petrobras em Carcará (BM-S-8), no pré-sal da Bacia de Santos, a Statoil já investiu US\$ 6,16 bilhões em aquisições de ativos no país.

Com a compra da participação de 25% de Roncador, a expectativa da Statoil é que sua produção no país suba 175%, do patamar atual de 40 mil barris diários de óleo equivalente (BOE/dia) para 110 mil BOE diários. Hoje, toda a produção da Statoil no Brasil é oriunda do campo de Peregrino, na Bacia de Campos.

A operação pode levar a petroleira norueguesa à terceira posição no ranking nacional de produção de óleo e gás, atrás da Petrobras e da Shell, segundo dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP). Em outubro, de acordo com o órgão regulador, a Statoil era a quinta maior produtora do país, atrás, ainda, da Petrogal e Repsol Sinopec.

Roncador é o terceiro ativo adquirido pela Statoil no país desde o ano passado. Para além da participação de 66% da estatal brasileira em Carcará, por US\$ 2,5 bilhões, em 2016, a norueguesa anunciou, este ano, a aquisição da fatia de 10% da Queiroz Galvão Exploração e Produção (QGEP) no mesmo projeto, por US\$ 379 milhões.

Em outubro, no leilão do pré-sal, se comprometeu com um aporte de mais US\$ 364 milhões em bônus de assinatura pela área de Carcará Norte - área adjacente à descoberta de Carcará. Na ocasião da aquisição do ativo, a Statoil fechou ainda um acordo de reestruturação societária com a ExxonMobil e Galp no projeto unificado de Carcará e que lhe renderá US\$ 1,55 bilhão.

Pelo acordo, a Statoil ficará com 36,5% da concessão BM-S-8, em sociedade com a Exxon (36,5%), Galp (17%) e Barra Energia (10%). Na área de Carcará Norte, por sua vez, a norueguesa e a americana vão deter, cada uma, 40% de participação, enquanto a portuguesa ficará com 20%.

Também em outubro, a Statoil anunciou a sua entrada no mercado brasileiro de energia solar. A estreia no setor foi possível a partir da aquisição de uma fatia de 40% no projeto de Apodi, de 162 megawatts, no Ceará, por US\$ 25 milhões, da também norueguesa Scatec.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Abengoa propõe a credores sair de bioenergia

A Abengoa Bioenergia do Brasil, braço sucroalcooleiro da espanhola Abengoa que neste ano entrou em recuperação judicial com dívida da ordem de R\$ 1 bilhão, propôs vender todos os ativos no país em seu plano de pagamento aos credores, o que consolidaria a saída do grupo de sua empreitada no ramo de bioenergia no mundo.

O plano prevê a venda de uma ou de suas duas usinas caso a empresa não consiga alienar todas as ações. As usinas estão em Pirassununga (Usina São Luis) e em São João da Boa Vista (Usina São João), no interior de São Paulo.

Apresentado no dia 8, o plano de recuperação tem de ser negociado com os credores. Assim, a assembleia geral de credores que terá que ratificá-lo poderá ficar para abril ou maio. Os principais credores são Santander, Bradesco, Original e BAF. A empresa é representada pelo escritório Thomaz Bastos, Waisberg, Kurzweil Advogados.

A redação do plano incluiu uma cláusula que prevê que os credores que tiverem alienação fiduciária deverão autorizar por escrito a transferência dos bens. Recentemente, o BNDES impediu o leilão de uma usina da Renuka do Brasil argumentando que detinha a hipoteca do imóvel. Com a Abengoa Bioenergia, o BNDES detém alienação fiduciária de equipamentos.

A proposta de venda dos ativos coloca no papel um desejo de sair do setor sucroalcooleiro que a Abengoa já tinha pelo menos desde 2015. Os ativos da companhia foram cobiçados pela paquistanesa E Fert, que chegou a entrar em processo de diligência prévia, mas desistiu da transação após verificar que haveria entraves na Justiça.

Como forma de pagamento, a Abengoa Bioenergia propõe ressarcir, com o valor recebido pela venda dos ativos, todos os credores trabalhistas. Depois, seriam pagos às pequenas e micro empresas R\$ 7,8 mil, e em seguida viria o pagamento aos credores sem garantia real. A eles, a oferta é de pagamento de até R\$ 10 mil para cada um, independentemente do valor devido, ou, em caso de discordância, o valor total após a quitação de todos os créditos.

Depois dos credores sem garantia, a empresa prevê pagar os créditos fiscais e destinar R\$ 80 milhões obtidos da venda dos ativos para o pagamento de custos da recuperação judicial, para a geração do fluxo de caixa e para a "viabilidade e manutenção das atividades remanescentes". Por fim, seriam pagos os credores extraconcursais e, em seguida, os credores "fornecedores estratégicos" que tiverem relação com a usina que for vendida.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Juliana Machado e Lucinda Pinto | De São Paulo

Título: Alta de estatais leva Ibovespa a novo pregão de ganhos

Em ritmo lento depois que a reforma da Previdência foi descartada para este ano, a bolsa brasileira começa a semana vendo nas estatais e no exterior o alento que precisava para perseguir um movimento de recuperação. A expectativa é que o desempenho continue sendo lateral para os ativos locais de renda variável até fevereiro, quando a reforma deve ser votada, mas investidores devem continuar procurando por oportunidades no curto prazo, após o cenário político levar o Ibovespa a se afastar das máximas históricas.

Em um momento em que o tema da Previdência perde protagonismo pela falta de novidades e visibilidade até o ano que vem, é o noticiário corporativo que volta ao palco, com Petrobras e Eletrobras fechando no campo positivo. Ontem, o Ibovespa subiu 0,70%, para encerrar a 73.115 pontos, após tocar os 73.519 pontos na máxima do dia. O volume financeiro negociado foi de R\$ 7,1 bilhões.

No caso de Petrobras, as ações encontraram novo fôlego depois que a companhia anunciou que seus acionistas aprovaram alterações no estatuto que permitirão a adesão da companhia ao segmento especial Nível 2. Como o capital

social da empresa é formado por ações preferenciais e ordinárias, essa é a listagem diferencial máxima que a estatal consegue chegar.

A intenção de fazer parte do nível especial é conhecida desde junho pelo mercado, quando a Petrobras informou que estudava a migração, mas o movimento de agora é visto como um passo adicional na melhora de governança da empresa, depois que ela foi atingida em cheio pelas revelações da operação Lava-Jato. "Não é transformador, mas é uma boa medida", diz um gestor.

O dia também foi embalado pela informação de que a Petrobras contratou a plataforma do grupo Modec para o Campo de Mero, no bloco de Libra, com início de produção previsto para 2021, além da notícia de que a norueguesa Statoil fechou acordo para comprar 25% de participação no campo de Roncador, na bacia de Campos, por US\$ 2,35 bilhões. A ação ordinária (ON) da estatal subiu 1,80%, a R\$ 15,84, enquanto a preferencial (PN) fechou com ganho de 1,81%, a R\$ 15,22.

Já a Eletrobras perdeu tração ao longo do dia, mas seguiu no campo positivo, após anunciar corte de investimentos em 45%, com sinalização de aumento após a privatização. O investidor também recebeu bem o anúncio do Plano de Incentivo ao Desligamento (PID), com estimativa de redução de custos de pessoal em R\$ 890,4 milhões em 2018. A ON da elétrica federal subiu 0,62%, para R\$ 17,72, enquanto a preferencial classe B (PNB) valorizou 0,64%, a R\$ 20,44.

O desempenho das bolsas nos Estados Unidos - onde houve novos recordes no pregão de ontem - também voltou ao foco do mercado local, favorecendo um movimento de recuperação neste fim de ano, ainda que pontual, depois de ter deixado seus maiores patamares para trás. O último recorde de fechamento do Ibovespa aconteceu em 13 de outubro. Com o retorno do investidor estrangeiro à bolsa local nos últimos dias, essa recuperação pode ter um ritmo mais duradouro - mas a volatilidade e as incertezas no campo político continuam no radar.

No acumulado de dezembro até o dia 14, os estrangeiros já colocaram R\$ 872,8 milhões na bolsa, depois de retirarem R\$ 3,2 bilhões em novembro.

"Internamente, acabou o fluxo de notícias. Teremos que aguardar fevereiro para definir uma direção de acordo com a pauta política", afirma Marco Saravalle, estrategista da XP Investimentos. "Temos ainda sinais positivos do lado macroeconômico interno no entanto, com indicadores apontando para fundamentos positivos. Se isolarmos o ambiente político, ainda temos potencial de alta neste fim de ano", diz.

Entre os indicadores que agradaram o investidor, o estrategista cita o IBC-Br do mês de outubro, divulgado pelo Banco Central (BC). O índice subiu 0,29%, acima da expectativa dos analistas, que variava de queda de 0,40% a alta de 0,20%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Legislação

Autor: Renata Cunha e Maria Fernanda Sirotheau

Título: Incerteza na tributação da energia

Em mais um exemplo do grau de insegurança gerada pela permanente litigiosidade tributária existente no país - fruto de um assistemático sistema tributário seja no plano constitucional, da lei e de sua regulação - coloca-se ora o Judiciário frente a resolver mais um "case law" em matéria tributária. Ocorre que no caso, as idas e vindas dessa discussão já balzaquiana, propiciam um quadro de absoluta desigualdade jurídica e econômica que deve ser resolvido de imediato.

Trata-se da discussão acerca da incidência do ICMS sobre as tarifas (preços públicos) cobrados sobre a receita de transmissão e distribuição de energia elétrica. Cunhada sobre os respectivos acrônimos - TUSD/TUST - tais tarifas integram o valor pago pelos consumidores e remuneram a etapa anterior ao momento em que há a venda pela concessionária para o consumo.

Iniciando a série de indefinição sobre a matéria, há quase duas décadas, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) havia assentado entendimento no sentido de que os valores relativos àquelas tarifas não deveriam integrar a base de cálculo do ICMS. Tal se baseava no argumento de que ao remunerar uma atividade complementar ou de meio, não estavam dentro do âmbito de incidência do imposto que grava o consumo de energia elétrica. Tal critério jurídico, contudo, foi alterado em março do ano de 2017, quando a 1ª Turma do STJ, acabou por alterar o posicionamento até então pacífico, sustentando que o ICMS deve incidir sobre todo o montante pago pelos consumidores de energia elétrica, eis que não seria possível dissociar as etapas antecedentes ao efetivo consumo (REsp 1.163.020/RS).

Enquanto alguns tribunais passaram a aplicar a nova doutrina do STJ, outros ainda se mantêm arraigados ao entendimento anterior

Sob essa nova ótica, as procuradorias estaduais passaram a aplicar o entendimento de que, por se tratar de operação complexa, em que não há dissociação das etapas que concorrem para a disponibilização final da energia aos consumidores, não há como obstar a inclusão das tarifas de distribuição e transmissão da base de cálculo do ICMS.

Ocorre que malgrado o novo posicionamento do STJ, os Tribunais de Justiça Estaduais, não vêm decidindo de maneira uniforme. Assim, enquanto alguns tribunais federados passaram a aplicar a nova doutrina do STJ, outros ainda se mantêm arraigados ao entendimento anterior do STJ, vigente até março.

A falta de uniformização jurisprudencial ensejou um número recorde de ações distribuídas em todo o Judiciário brasileiro, ex vi da irresignação quanto à inclusão das mencionadas tarifas (TUSD/TUST) na base de cálculo do ICMS.

Segundo informação das próprias procuradorias estaduais, tomando-se por base a arrecadação de 2014, a perda total da arrecadação tributária, considerando ainda as repetições de indébito, giraria em torno de R\$ 134 bilhões. Ou seja, mais uma situação de conflito jurídico em que o elemento econômico-orçamentário poderá ter um papel decisivo.

Em mais um capítulo, em julho deste ano, a questão foi submetida ao Supremo Tribunal Federal (STF), que se manifestou pela inexistência de relação entre a discussão sobre a TUSD/TUST e uma outra discussão similar, qual seja, a que aborda o ICMS sobre a demanda contratada de energia (Tema 176 da Repercussão Geral). Eximiu-se assim o STF, o que na prática, devolve o tema ao STJ.

Na sequência da novela, no dia 28 de novembro, o STJ, em um dos primeiros casos analisados pelo seu plenário virtual, tentou mais uma vez (re)uniformizar a questão. Para tanto, submeteu a temática ao incidente de recursos repetitivos (AREsp 1.163.020, REsp 1.699.851 e REsp 1.692.023), determinando, inclusive, a suspensão da tramitação de todos os processos correlatos em território nacional.

Em que pese a recente decisão daquele tribunal superior, para suspender os processos, o fato é que o cenário que se vê é de absoluta iniquidade e de farta insegurança jurídica. Havendo decisões em sentido oposto que, embora se limitem ao âmbito de seus territórios, certos contribuintes, a depender do Estado de jurisdição podem ter efeitos e consequências econômicas e jurídicas completamente distintas.

A questão agrava-se no seio de empresas que possuem estabelecimentos em várias unidades da federação, onde a falta de isonomia opera-se "intra corporis" e faz com que energia seja mais barata ou cara por questões de indefinição da regra fiscal aplicável.

Os tribunais vinham aplicando o novel instituto dos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), previsto pelo Novo Código de Processo Civil - e que determina, caso admitido o incidente, todos os processos com a mesma

matéria, no Estado ou região, serão suspensos pelo prazo máximo de um ano - na tentativa de frear a questão e pacificar a discussão, ao menos em seus respectivos territórios.

Até o momento, nenhum Estado analisou o assunto de maneira definitiva, já tendo, contudo, determinação de suspensão dos processos e das respectivas tutelas ao menos nos Estado de São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Paraná, Maranhão, Sergipe e Santa Catarina.

Ante esse cenário, e, a despeito de o ICMS ser um imposto estadual, escancara-se uma situação que afronta um dos pilares do Estado Democrático de Direito, qual seja a igualdade entre os contribuintes. O caso ilustra, ademais, a falência do nosso regime de tributação sobre o consumo vigente, já que a depender do Estado, um produto tão essencial quanto a energia elétrica será mais u menos caro em função da falta de uma norma clara que leva ao casuísmo judicial.

Nos resta assim aguardar, diante desse contexto, que o Poder Judiciário exerça sua função no Estado Democrático de Direito, o que inclui, inevitavelmente, dar uma solução que não só represente o ideal de justiça que visa materializar, mas também, e dentro desse ideal, reconheça a necessidade da sociedade moderna, que vive o auge de sua liquidez, na pacificação do tema, devolvendo aos agentes econômicos e aos contribuintes, a estabilidade e previsibilidade tão caras ao desenvolvimento de suas atividades.

Renata Cunha e Maria Fernanda Sirotheau são advogadas de Vinhas e Redenschi - VRA

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

MME / ASCOM .